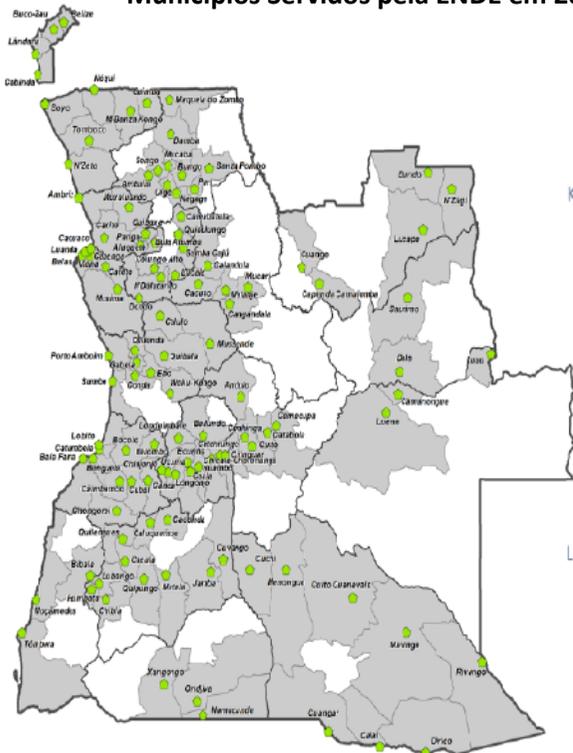


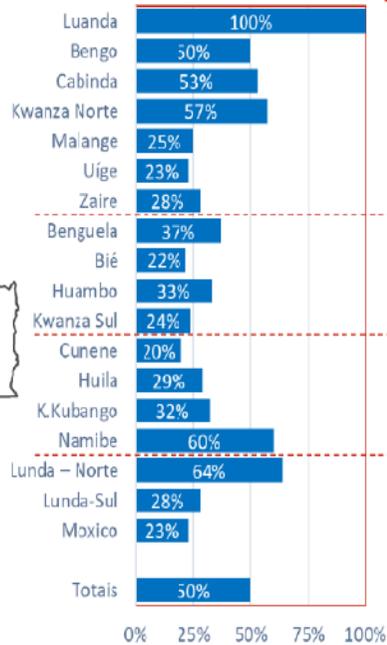
Resumo Executivo

Municípios Servidos pela ENDE em 2022



● Sede de Município

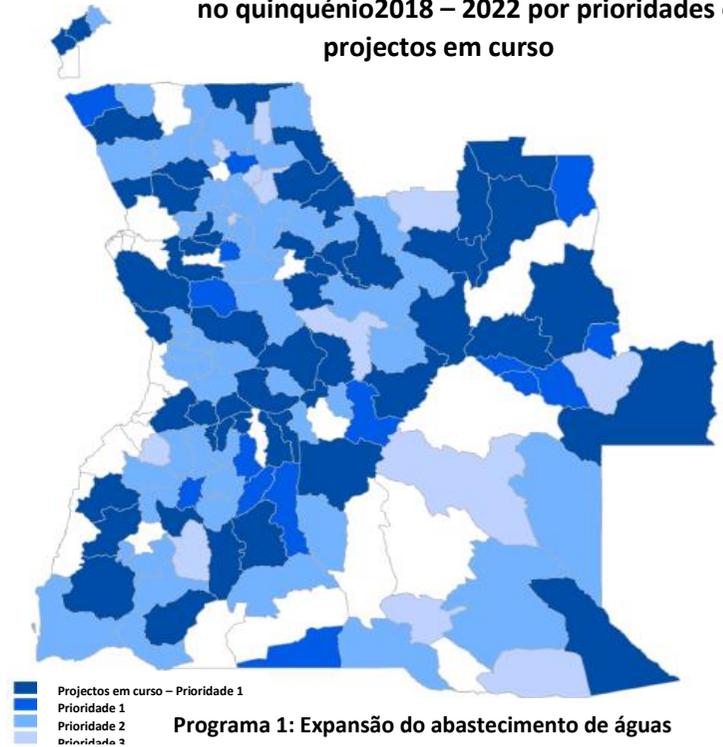
Taxa de eletrificação em 2002



Clientes Final 2022

Luanda	1 387 957
Bengo	35 481
Cabinda	75 452
Kwanza Norte	50 943
Malange	49 656
Uíge	68 286
Zaire	32 833
Benguela	164 188
Bié	64 261
Huambo	131 934
Kwanza Sul	89 870
Cunene	38 772
Huíla	142 602
K.Kubango	34 015
Namibe	59 013
Lunda – Norte	110 842
Lunda-Sul	30 476
Moxico	34 455
Totais	2 601 036

Sedes de municípios com projectos a desenvolver no quinquénio 2018 – 2022 por prioridades e projectos em curso



■ Projectos em curso – Prioridade 1
■ Prioridade 1
■ Prioridade 2
■ Prioridade 3

Programa 1: Expansão do abastecimento de águas em zonas urbanas e rurais

O Sector da Energia e Águas assume-se como uma peça fundamental da estratégia do Governo para o desenvolvimento económico e social do país. O Programa de Governo estabelece metas ambiciosas para a Governação no período 2018-2022 ao nível do acesso à energia eléctrica e à água e ao nível da capacidade instalada e das energias renováveis.

O sector eléctrico está numa fase importante de transição e de saída de um longo período marcado pelo défice de geração e por um fornecimento não fiável e com constantes apagões. A entrada em exploração do alteamento de Cambambe, da central do Soyo e de Laúca, com mais de 3,5 GW, constituem um reforço fundamental que permite perspectivar um fornecimento de energia mais estável. Também no sector da água o reforço do abastecimento a Luanda através dos sistemas de Quilonga e Bita representam um progresso significativo.

Estes importantes reforços têm sido realizados num contexto de elevadas restrições orçamentais e cambiais, com a paragem de projectos menos prioritários por falta de recursos. A dimensão das obras em curso é significativa face aos recursos disponíveis. A conclusão das grandes obras e projectos em curso – com um impacto orçamental de 12.701M USD no período 2018-2022 - representará uma fatia importante do orçamento disponível para o sector.

O objectivo da Governação vai para além da conclusão dos projectos em curso. A prioridade, assumida no Programa de Governo é o Acesso. É fundamental garantir o acesso à água e levar a energia eléctrica produzida a partir do rio Kwanza e do gás natural do Soyo com qualidade a pelo menos metade das famílias e empresas angolanas até 2022. Só será possível cumprir as metas estabelecidas no Programa de Governo e atender a novos objectivos e projectos através de uma clara priorização dos projectos, de novos financiamentos, de uma participação efectiva do sector privado, de uma maior eficácia do sector e das suas empresas e de uma regulação e tarifas justas. O esforço de contenção e de concentração no essencial reflecte-se num investimento público em novos projectos de apenas \$6.974M USD no período 2018-2022. O sector privado deverá mobilizar no período até \$2.995M USD – apoiado em garantias do Estado de até \$1.620M em moeda estrangeira e até \$1.080M em Kwanzas - e as empresas públicas \$359M, dependendo da evolução das tarifas e da eficiência do sector.

O presente Plano de Acção pretende estabelecer as prioridades e projectos para o desenvolvimento do Sector da Energia e Água nos próximos 5 anos, em execução do Programa de Governo, através de 3 programas principais para cada um dos sectores. Ao nível da energia: Expansão do Acesso à Energia Eléctrica; Optimização e Gestão Sustentável do Sector Eléctrico e Participação privada no Sector da energia eléctrica. Ao nível da água: Expansão do Abastecimento de Água, Gestão Sustentável do Sector da Água e Reabilitação/expansão dos Sistemas de Recolha e Tratamento de Águas Residuais.

O presente Plano de Acção está estruturado em 5 capítulos principais.

Num capítulo inicial recordam-se as metas do Programa de Governo e estabelecem-se as orientações, programas e metas que devem nortear e organizar a acção ao longo do período.

Para cada um dos sectores da energia e águas é previsto um capítulo em que se faz o ponto de situação actual e dos projectos em curso, se estabelecem os projectos prioritários a integrar o Programa de Investimento Público, se identificam os projectos prioritários para a participação do sector privado e se estabelecem as medidas ao nível da melhoria do quadro institucional e da eficácia operacional do sector.

A programação financeira que decorre dos projectos em curso e a lançar é sumariada num capítulo autónomo onde se identificam as fontes de financiamento e seus requisitos bem como o impacto ao nível da regulação e das tarifas para garantir a sustentabilidade do sector.

Finalmente, reiteram-se as acções de curto prazo cuja urgência e prioridade será máxima.